

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Está a decorrer a audição pública para a definição dos espaços onde se poderão instalar grandes campos de recolha de energia off-shore.

O caminho que está a ser percorrida peca por duas extraordinárias lacunas.

A primeira, a ausência de uma política nacional para a produção de energia. A segunda, o completo afastamento e desvalorização do sector das pescas de um processo que impacta directamente sobre ele.

A primeira lacuna explica que o Governo corra atrás dos caminhos determinados para Portugal pela União Europeia, procurando ainda satisfazer os desejos do grande capital de colocar gigantescos recursos públicos ao serviço da acumulação privada, sem ter em conta o conjunto das prioridades nacionais. Foi assim que Portugal liquidou aparelho produtivo às ordens de quem não o fez – no sector, as centrais a carvão, por exemplo – e está agora a preparar-se para colocar ao serviço de meia dúzia de grupos capitalistas vastas áreas regiões marítimas.

A segunda lacuna deriva da primeira e leva à desvalorização do sector das pescas, uma das componentes da estratégica necessidade de produzir alimentos para o nosso povo. Por mais reais que sejam – e são – as necessidades de aumentar a capacidade nacional de produção de energia, não são mais estratégicas que a necessidade de aumentar a produção nacional de alimentos. Nem pode, a vontade de meia dúzia de capitalistas de investir neste tipo de negócio, sobrepor-se à defesa da viabilidade económica de todo um sector estratégico como é a Pesca. Ora o Estudo que o Governo colocou em discussão pública ignora quase completamente o sector da

pesca, e quando o aborda ao de leve, é equiparando-o à importância das embarcações de recreios. São, pois, naturais as preocupações que estão a surgir nas associações e organizações de pescadores e armadores.

Aliás, mesmo sobre a zona já existente de exploração de Energia, não são fornecidos os elementos de avaliação do projecto e dos seus impactos sobre a pesca, nem muito menos tidos em conta os alertas da comunidade da pesca para esses impactos profundamente negativos.

Tudo isto também nos deve alertar que as Pescas e a exploração económica do Mar não podem ser vistas de forma separada, como a orgânica do Governo convida a fazer.

É importante conhecer e discutir qual a avaliação sobre o projeto WindFloat Atlantic, o primeiro

parque eólico flutuante da Europa continental, à escala pré-comercial, e sobre a sua influência sobre a Pesca e os recursos marinhos. E é impossível de aceitar que o Governo se prepare para criar zonas similares em todo o território marítimo do continente sem ter um desses estudos.

Posto isto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, vimos requerer, ao Ministro da Economia e do Mar, os seguintes elementos:

1. Que lhe sejam disponibilizados os Estudos de avaliação do project WindFloat Atlantic, quer nas dimensões da produção efectiva de energia, quer nos impactos sobre os recursos marítimos e sobre o sector da pesca.

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)